

Um caso de violência política: o «Verão quente» de 1975**

Em 13 de Julho de 1975, em Rio Maior, uma multidão atacou o centro de trabalho do Partido Comunista (PCP) e a sede da Frente Socialista Popular (FSP). Esta acção marcou o início de uma ampla vaga de assaltos a sedes de partidos e sindicatos que varreu quase todo o Norte de Portugal. No Portugal «revolucionário» de 1975, a violência popular «anticomunista» dominou, durante os meses de Julho e Agosto, o cenário da mobilização social no Centro e Norte do país, regiões de vincado carácter rural, minifundiário e católico. Mais de oitenta sedes do Partido Comunista (PCP), de sindicatos e de outros pequenos partidos de forte vocação revolucionária foram cercadas e assaltadas por estes grandes grupos; outra meia centena foi alvo de ataques bombistas, assaltos nocturnos e fogos postos. Durante estes assaltos formaram-se multidões que chegaram a juntar mais de 3000 pessoas, produziram-se tensos cercos de várias horas e tiroteios com militantes comunistas que tentavam resistir. Os assaltos vitoriosos envolviam a tomada da sede e a defenestração dos documentos, da propaganda e do mobiliário que contivesse. Para culminar a acção, retirava-se do mastro a bandeira vermelha com a foice e o martelo e, por fim, celebrava-se a façanha com a queima purificadora de todo o material «comunista». Esta actividade era acompanhada pela formação de piquetes que vigiavam o trânsito dos militantes comunistas e queimavam os jornais «revolucionários» provenientes de Lisboa, numa densidade de actividades que deu lugar ao que o SDCI, o serviço

* Universidade Complutense de Madrid.

** A investigação que serve de base a este texto foi possível graças a uma bolsa concedida pelo Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, que me permitiu concluir a tese de mestrado (Palácios, 2001a) orientada pelo Prof. Manuel Villaverde Cabral.

de inteligência militar do MFA, denominou como «a criação de verdadeiras zonas de poder reaccionário» (SDCI, 8/1975¹), às quais o poder irradiado de Lisboa não conseguia chegar.

No período de agravamento das tensões entre os diferentes projectos políticos que pugnavam na revolução portuguesa, Rio Maior converteu-se na fronteira simbólica entre o Portugal do Sul e o do Norte, o da «revolução» e o da «reação»².

PORQUÊ RIO MAIOR?

Rio Maior é um município situado no distrito de Santarém, poucos quilómetros a norte do rio Tejo, atravessado pela Estrada Nacional n.º 1, a qual constituía, em 1975, a principal via de comunicação rodoviária entre Lisboa e Porto. Do ponto de vista das estruturas agrícolas, Santarém é um dos distritos mais heterogéneos de Portugal, podendo afirmar-se que é atravessado pela «fronteira» dos dois Portugais tradicionalmente assinalada pelo rio Tejo: Sul latifundiário, Norte minifundiário. Se observarmos o *puzzle* dos municípios em torno de Rio Maior, depara-se-nos uma *malha* de estruturas agrárias, comportamentos políticos e práticas religiosas que prefigura o carácter conflitual da região (v. os indicadores em J. Coelho, 1980, p. 88). Em Rio Maior, onde o latifúndio se combina já com propriedades de média e pequena dimensão, não se verificaram as expropriações nem as ocupações de terras que caracterizaram a reforma agrária. No entanto, este ameaçador processo chegou muito perto, ao termo municipal limítrofe da Azambuja. A fronteira eleitoral também passava por Rio Maior; neste município, o voto do PCP nas eleições constituintes, celebradas dois meses antes, tinha sido relegado para o quarto lugar, com uns 4,5%, tal como aconteceu nos restantes municípios do seu lado da «fronteira». Pelo contrário, nos municípios que delimitam a fronteira sul, como Alenquer, Azambuja ou Cartaxo, o PCP, que havia alcançado um claro protagonismo público ao conquistar posições na administração e nos sindicatos dos jornaleiros, obteve o segundo lugar nas eleições (com 20% dos votos, logo a seguir ao PS) (Gaspar, 1976, p. 248). Além disso, e para agravar as diferenças, um pouco mais a sul, se bem que no mesmo distrito, situam-se os municípios de Coruche e Alpiarça, onde vence o PCP e se polariza a referência ao projecto comunista.

Em sintonia com a bibliografia clássica sobre as pré-condições estruturais da política, podemos pressupor que o carácter «fronteiriço» do distrito im-

¹ Uma série quase completa dos relatórios do SDCI (Serviço de Detecção e Coordenação de Informações) encontra-se no Arquivo do Conselho da Revolução (secção de correspondência) que integra os Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (Lisboa).

² Nos Açores (Mendes, 2001) e na Madeira o anticomunismo tinha já começado a manifestar-se em Junho; contudo, ao surgir associado a manifestações independentistas, não poderia desencadear um movimento à escala nacional.

plica a determinação de tensões políticas. No entanto, estamos convencidos de que a explicação do problema não pode limitar-se à constatação da coexistência de pré-condições estruturais de conflito; em vez disso, há que atender aos episódios em que os actores dotaram de sentido as suas posições estruturais e, mediante interacções tácticas, deram lugar ao conflito aberto.

DO LEVANTAMENTO LOCAL AO MOVIMENTO NACIONAL

Antes do caso de Rio Maior tinham já ocorrido alguns episódios noutras localidades, com mobilizações populares de rejeição de iniciativas do PCP e do MDP nos sindicatos ou na administração local. Contudo, foi em Rio Maior que ocorreu pela primeira vez, no Portugal continental, um assalto a uma sede do PCP e, igualmente pela primeira vez, esta acção, de origem local, acabou por desencadear uma reivindicação nacional e de oposição ao governo de Vasco Gonçalves.

Seguindo o relato de Burguete (1978), o primeiro ataque começou como uma resposta pontual a uma tentativa de «ocupação» do antigo Grémio da Lavoura de Rio Maior. Com vista a esta «ocupação», a Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Alpiarça (radicada num município vizinho de conotada simpatia comunista) tinha convocado um plenário em condições em que lhe seria fácil assumir o controlo dos recursos do Grémio. Perante esta dupla ingerência (de uma liga estranha ao município e de um partido minoritário), os militantes do PPD mobilizaram os agricultores cuja representação no Grémio estava a ser usurpada. Durante a marcha, o reportório de acções colectivas foi sendo adaptado: uma manifestação dirige-se à sede do PCP e, perante a falta de resposta de qualquer autoridade coercitiva, um grupo destaca-se dos manifestantes, ataca à paulada os militantes comunistas e saqueia a sede. No mesmo dia, a televisão e as rádios de Lisboa, controladas por simpatizantes do PCP, apresentaram o incidente como o resultado de uma manobra reaccionária e da manipulação dos agricultores participantes por parte dos grandes proprietários e das autoridades religiosas. Indignados com esta forma de tratamento, no dia seguinte os agricultores mobilizados formam piquetes nas estradas e queimam os jornais que, vindos de Lisboa, reproduziam esta mesma versão dos factos. No decurso da mesma série de mobilizações, um outro grupo de manifestantes acorreu a uma agência bancária e, bloqueando a entrada desde as primeiras horas da manhã, impediu o acesso aos funcionários tidos como comunistas.

Esta nova acção transgressora também não foi reprimida nem pelas forças policiais nem pelas tropas de Santarém, cujo comandante alegava, perante o COPCON, que não possuía meios nem preparação para esse tipo de missões. Como argumentaremos mais à frente, a percepção e a confirmação sucessivas de impunidade — já que «nada impediu que o movimento de Rio Maior seguisse o seu curso, nem o COPCON, nem a V Divisão, nem o FMA, nem

o governo» (Burguete, 1978) — facilitaram a proliferação de mobilizações anticomunistas noutros municípios. A violência foi rapidamente reproduzida em diferentes localidades de Aveiro, Leiria, Braga, etc., até afectar, ao cabo de dois meses, mais de 58 concelhos, quase todos da metade norte do país.

Enquadrando o problema no contexto político nacional, há que ter em conta que estes episódios violentos se desencadearam um ano após a revolução dos cravos e três meses depois das eleições constituintes, durante os meses de ruptura da «coligação democrática» ou «antifascista» que tinha liderado a substituição da ditadura. Em 10 de Julho, alguns dias antes da revolta de Rio Maior, o Partido Socialista tinha abandonado o governo provisório, uma tomada de posição que seria imitada pouco depois pelo PPD/PSD. Pela primeira vez, os governos provisórios passaram a contar com uma oposição legitimada pelo combate à ditadura e, além disso, maioritariamente apoiada nas urnas.

AS FORMAS DA EXPLICAÇÃO

Na bibliografia especializada, a forma mais geral de explicar esta violência reaccionária consiste em imputá-la ao descontentamento das populações que a protagonizaram. Dentro desta linha, Mário Soares, então líder do Partido Socialista (PS), insiste na espontaneidade das acções e no carácter genuíno da indignação anticomunista das pessoas que participaram nos assaltos. De acordo com esta versão, o descontentamento face à ofensiva socializante do governo provisório e do Conselho da Revolução, juntamente com a ausência de reflexo governativo das opções moderadas expressas nas eleições constituintes, foram o motivo da indignação, e os graus de indignação e provocação explicariam a passagem para os actos de violência. Quanto maior indignação, maior violência. De maneira congruente, no Sul do país, onde os eleitores tinham expresso o seu apoio às políticas socializantes, quase não se registaram acções de violência reaccionária.

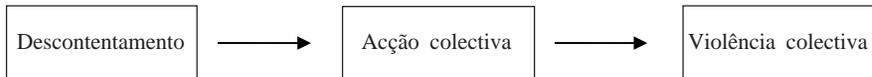
O PCP elaborou uma versão alternativa, pela qual, contrariando várias fontes, testemunhos e imagens de arquivo, pretende eliminar a componente popular da acção colectiva violenta, imputando as acções a pequenos grupos orquestrados. Além disso, adianta uma explicação baseada em «oportunidades políticas», denunciando a cumplicidade e inacção das autoridades locais próximas do PS e do Partido Popular Democrático (PPD) (Cunhal, 1999). Pela sua parte, a extrema-direita reclama o protagonismo dos seus activistas no movimento, embora não deixe de realçar que o êxito foi possível porque as suas propostas estavam em sintonia com «os sentimentos íntimos do povo português», que aderiu maciçamente às suas iniciativas (v. Dâmaso, 1999). Assim, Paradela de Abreu, ao recordar o êxito mobilizador e radicalizador do seu pequeno comando de agitadores em Leiria, afirma que «o importante não é que se saiba que foram apenas quatro homens [...] o importante, no

plano psico-social, é entender como foi isso possível com apenas quatro homens e um *cónego* resignado [...] [e foi possível] porque o espírito do povo era esse, o povo anónimo era um barril de pólvora e para o agitar bastava que acendêssemos um simples fósforo» (Abreu, 1984, p. 146). Indirectamente, este protagonista subscreve a explicação mais comum — houve violência porque o povo estava indignado —, atribuindo eficácia causal a factores de imitação próprios da psicologia de massas.

Por último, do ponto de vista mais estrutural, uma análise de classes sublinha o carácter geograficamente delimitado das mobilizações e a sua correspondência ecológica com as zonas de pequeno campesinato minifundiário de alta prática religiosa e voto conservador. Desta perspectiva, a mobilização comunista seria, em circunstâncias de mobilização generalizada por todo o país e na qual estiveram envolvidas todas as classes sociais, a forma de participação política não rotineira encontrada por essas mesmas classes sociais (v. Hammond, 1984).

Sequência de momentos explicativos

[FIGURA N.º 1]



Os elementos explicativos assinalados por estes protagonistas e analistas do processo têm valor e consistência. Contudo, a narração histórica deve vigiar o tipo de explicações que adianta, mantendo-se atenta às implicações de cada nexos causal apresentado (Griffin, 1993). Neste sentido, o vínculo estabelecido entre o descontentamento de determinados sectores sociais e a sua actuação colectiva, e por vezes violenta, tem sido objecto de uma crítica clássica por parte das teorias da acção colectiva que surgiram da reflexão sobre a mobilização de recursos (v. Jenkins, 1994 [1983])³. Para fundamentar os passos narrativos teremos de considerar como momentos analiticamente distintos: (1) as causas do descontentamento; (2) a passagem do descontentamento à mobilização; (3) a escolha e difusão de um repertório ou outro de acção colectiva (rotineiro, transgressor ou violento). De uma narração simples, mas abstracta, na qual a violência anticomunista é explicada pelo

³ De acordo com estas teorias, o descontentamento é mais geral do que a mobilização, pelo que não podemos explicar os casos em que o descontentamento não se traduz em acções colectivas. Piven e Cloward (1991) defendem que o mesmo pode dizer-se a propósito das variáveis organizativas.

descontentamento comum, teremos de passar para uma narração mais explícita, na qual cada um dos escalões é descrito de maneira específica.

Além disso, utilizaremos um dos instrumentos clássicos das ciências sociais, a análise comparativa. A comparação permite contrastar a validade de explicações que, parecendo convincentes pela sua própria consistência interna, perdem fundamento quando aplicadas a outros casos. No nosso estudo, o comportamento anômalo de um distrito nortenho, *Vila Real*, no qual, não obstante a presença de todos os factores sócio-demográficos e eleitorais que se correlacionavam com o anticomunismo, não se registou violência colectiva popular anticomunista, servir-nos-á de controlo da solidez explicativa. Um mecanismo explicativo será mais válido se puder dar conta das excepções; até ao momento, nenhuma das propostas explicativas explorou a excepcionalidade de Vila Real; ao conseguirmos integrá-la, estaremos a reforçar a plausibilidade do nosso relato⁴.

Por último, e seguindo também a linha de evolução da bibliografia especializada na acção colectiva, mostramos que para dar conta do passo que medeia entre o descontentamento e a acção colectiva, bem como daquele outro que permite que esta acção colectiva assuma um carácter violento ou transgressor da legalidade, é pertinente analisarmos a concorrência de factores políticos. Além disso, como veremos, entre os factores políticos assumem particular relevância as disposições e capacidades do aparelho coercitivo do Estado.

ESTADO REVOLUCIONÁRIO E ACÇÃO COLECTIVA

Rafael Durán Muñoz (1997 e 1999) iniciou uma abordagem semelhante para estudar o movimento operário durante a transição portuguesa, argumentando que este pôde radicalizar-se devido à falta de autoridade dos governos provisórios. Como analisámos já num outro trabalho (Palacios, 2001a), a falta de autoridade do governo radicava tanto numa falta de *capacidade* como de *vontade*. A falta de *capacidade* resultava da dissolução da polícia antidistúrbios e da paralisia das restantes forças policiais, que nessa altura eram alvo de severas purgas políticas. O exército, embora carente de preparação e de meios, assumiu a função de manter a ordem pública, procurando coordenar o exercício desse tipo de missões através do COPCON. Por outro lado, a falta de *vontade* devia-se à precariedade qualitativa da legitimidade

⁴ Tilly *et. al.* (1997 [1975], p. 23) expressaram com clareza esta ideia. «Quando o tema é o conflito, para quê desperdiçar tempo a descrever a história da harmonia? A resposta é fácil: uma explicação do protesto, da sublevação ou da violência colectiva que não possa explicar a sua ausência não é, de modo algum, uma explicação. É muito provável que as explicações meramente baseadas em casos em que algo aconteceu atribuam importância a condições que, na realidade, são comuns aos casos em que nada aconteceu.»

do governo e das tropas do MFA: uma vez que a repressão era um dos estigmas da ditadura deposta, o compromisso de ruptura dos novos governantes elevava os custos políticos implicados na repressão da população. Além disso, as multidões que se manifestavam nas ruas constituíam o próprio referente da legitimidade do golpe, no qual Medeiros Ferreira (1992) assinalou «o contrato político entre o MFA e a mobilização popular».

No entanto, Durán afirma também que «o Estado não mostrou a mesma falta de autoridade na forma como lidou com os grupos e instituições reacionários», o que, segundo o mesmo autor, teria igualmente favorecido a radicalização do movimento operário (1999, p. 20). Acreditamos que esta afirmação é muito discutível e que para caracterizar as disposições do Estado há que determinar de um modo mais concreto a diferenciação territorial das organizações que o compõem. «Se bem que tenha realmente existido em Portugal, entre Abril e Novembro de 1975, uma tolerância quase absoluta face às acções transgressoras dos movimentos operários, vicinais e jornaleros *nas zonas urbanas industriais e no Sul latifundiário*, o mesmo se verificou também noutras zonas de Portugal relativamente às acções violentas praticadas pelos grupos anticomunistas, os quais, embora tenham sido travados nas suas tentativas golpistas *em Lisboa*, não o foram quanto às suas actividades mobilizadoras e terroristas.»

Não são o Estado, a polícia, o governo ou o exército que actuam nos diferentes distritos do país, mas sim um governador civil, unidades militares, destacamentos policiais, etc., que agem de acordo com critérios e capacidades próprios. Além disso, esta autonomia, embora esteja sempre presente, multiplica-se em situações de crise política (Dobry, 1986), quando deixam de existir critérios claros de acção e cada um é forçado a optar pelo alinhamento com umas ou outras das coligações que disputam o controlo dos aparelhos do Estado.

Além disso, a presença diferencial do Estado também não pode ser entendida nos termos limitados de uma diferente capacidade logística ou estrutural, como propõe Goodwing (1994), quando se refere à pouca densidade da presença estatal nos territórios selvagens centro-americanos. No caso de um Estado com a história do português, que ao longo do século xx, não obstante as suas limitadas capacidades, conseguiu uma penetração política e administrativa de todo o seu território continental, esta presença territorialmente diferenciada deriva do facto de as organizações que integram o organigrama do Estado fazerem uso da sua relativa autonomia táctica e estratégica, dando origem a sistemas de acção locais nos quais se envolvem as unidades policiais, o governo civil, as unidades militares, etc., concretamente presentes no terreno. Assim, a definição materialista e organizacional do Estado (Mann, 1992) permite-nos eludir a ilusão de um Estado que, inclusive na sua possível desunião interna, não deixaria de se apresentar igual

a si mesmo nos diferentes contextos territoriais. A capacidade do Estado para estruturar o espaço das acções possíveis de terceiros, tolerando-as ou reprimindo-as, deriva da cristalização de uma matriz de retribuições (Schelling, 1960) ou de antecipações de respostas perante as diferentes acções socialmente possíveis. Essa matriz surge como produto da coordenação local entre autoridades formais e informais e do modelo de exercício efectivo dos seus poderes.

Para abordarmos a conjuntura portuguesa podemos recorrer aos relatórios da inteligência militar, que via a situação do seguinte modo: «a degradação caracteriza-se pela marginalização dos órgãos legais de poder [isto é, os revolucionários], pela fragmentação do poder, por uma anarquia crescente, por uma progressiva falta de respeito pelos órgãos representativos das forças revolucionárias de poder democrático e por uma proliferação abusiva dos centros de decisão» (SDCI, 8/1975).

A desintegração institucional teve início com o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e foi acelerada pelas sucessivas crises golpistas de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março de 1975, mas só a partir das eleições de 25 de Abril de 1975, que reduziram a incerteza quanto às preferências políticas dos portugueses nas diferentes regiões (Barroso, 1989), começaram a tecer-se com clareza as ligações locais que caracterizaram a presença caleidoscópica do Estado revolucionário.

UMA APROXIMAÇÃO DESCRITIVA

CICLO DE MOBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

É interessante notar que quase toda esta violência colectiva anticomunista se concentrou num período de tempo muito circunscrito: começou quando se tornou evidente que o MFA não pretendia submeter a formação do governo aos resultados das eleições para a Assembleia Constituinte de Abril de 1975 e terminou com a tomada de posse do VI Governo Provisório, que respondia de modo notável à inferência de representatividade exigida pelos partidos que tinham vencido naquelas eleições. Este período caracterizou-se pela radicalização dos governos provisórios, pela ruptura do MFA e pelas campanhas de manifestações e contramanifestações dos partidos políticos, sindicatos, organizações unitárias e da Igreja.

O sentido político das mobilizações era muito explícito e por isso, não obstante o frenesim que caracterizou muitas das mobilizações, há que assinalar que nem mesmo os episódios mais violentos, como as jornadas em Braga ou Leiria, poderiam jamais ser descritos de acordo com o tom da psicologia de massas como «curtas mas violentas explosões, desprovidas de liderança, organização ou objec-

tivos explicitamente articulados» (Oberschall, cit. por Useem, 1998). Pelo contrário, na generalidade dos movimentos sociais portugueses de 1974 e 1975, a adopção de um repertório transgressor, e inclusivamente violento, de acção colectiva teve claras finalidades instrumentais e expressivas.

A partir das eleições, o anticomunismo convertera-se numa peça-chave da estratégia política e discursiva dos dois partidos maioritários tanto em termos de política externa como interna. De certo modo, como tinha sucedido noutros países no segundo pós-guerra, Portugal, com a radicalização política experimentada durante o primeiro ano da transição, assistiu à mudança do eixo de estruturação dos antagonismos políticos. Uma vez atenuada a possibilidade de um contragolpe reaccionário, passou-se do eixo fascismo/antifascismo para o eixo comunismo/anticomunismo⁵.

Se atendermos ao que estava em jogo *no* processo de crise política, podemos observar que a democratização final foi um resultado contingente. A acumulação de poder militar, administrativo e económico por parte da coligação formada pelos militares radicais do Movimento das Forças Armadas (MFA) — que controlaram o IV e o V Governos Provisórios —, pelo PCP e por numerosos movimentos sociais poderia ter desembocado na formação de um tipo ou outro de «democracia popular». Tal não aconteceu porque os defensores de uma democracia poliárquica conseguiram pôr em funcionamento uma vasta e heterogénea coligação anticomunista fortemente apoiada por alguns sectores militares, conseguindo seguidamente mobilizá-la. Para tanto, como defendemos num outro trabalho (Palacios, 2001b), a contramobilização «anticomunista» nas ruas foi uma das bases estratégicas fundamentais que permitiram que a crise política portuguesa se saldasse com uma transição para a democracia poliárquica.

Ainda que apresentem um desenvolvimento autónomo e não centralmente dirigido, as acções colectivas anticomunistas violentas fazem parte da fortíssima campanha legal de manifestações antigovernmentais lideradas pelo PS, pelo PPD e, com um peso fundamental, pela Igreja católica. Neste contexto, as declarações e decisões das elites nacionais e locais do PS, PPD e CDS, bem como da imprensa católica, mostravam que estes actores, ainda que condenassem os meios, simpatizavam com as *razões* daquelas acções violentas. A campanha saldou-se, finalmente, com um triunfo: a conquista de um governo representativo. Depois da tomada de posse do VI Governo Provisório, «[s]imultaneamente com as alterações no poder político-militar, verificou-se no país um apaziguamento da agitação político-social de carácter contra-revolucionário. Cessaram por completo e repentinamente os assaltos, saques e incêndios [...]» (SDCI, 17-9-1975).

⁵ Devemos assinalar que, em ambos os casos, é o lado do «anti» que estigmatiza o adversário como uma ameaça e impõe a sua interpretação da ameaça como marco aglutinante de uma ampla coligação.

CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO ANTICOMUNISTA

Como ocorre geralmente com os movimentos sociais, o movimento reactivo violento foi composto por organizações interessadas em fomentá-lo e representá-lo, por redes informais que uniam os activistas e por uma parte não enquadrada da população. Estas «bases» actuaram umas vezes em reacção a acontecimentos locais do momento e outras em resposta aos apelos dos activistas. Como costuma acontecer, as bases participaram ou não nas acções de violência, de acordo com os riscos dessas acções e as suas possibilidades de êxito, mostrando-se mais ousadas nos casos em que os riscos pareciam menores. A existência de redes e organizações informais dotou o movimento de recursos para a sua existência e sustento e o aparecimento e criação de oportunidades políticas permitiu o seu desenvolvimento.

A participação popular no movimento anticomunista assumiu formas variadas. Para aqueles que pretendem estudar o assunto, o problema reside no carácter marcadamente partidista de todas as fontes, interessadas em sublinharem esta ou aquela versão dos factos. Em alguns casos, isto não nos permite saber se existiu em determinados episódios uma componente de mobilização popular ou se os protagonistas do assalto registado eram pequenos grupos enquadrados por organizações paramilitares. Procurámos relatos de imprensa que se referissem em pormenor aos 112 assaltos anticomunistas citados nas diferentes recompilações (*Avante!*, 1977; SIPC, 1976), tendo encontrado o que pretendíamos para 58 dos casos. Ainda que por vezes os relatos de uma mesma acção se revelem incompatíveis, apenas no distrito do Porto parecem dominar claramente as acções nocturnas levadas a cabo por pequenos comandos, ao passo que no resto dos distritos afectados a participação popular é dominante, mas nunca exclusiva (quadro n.º 2, *infra*).

No que diz respeito ao tipo de pessoas que participam nas acções colectivas, o *dossier* do *Avante!*, que reflecte a interpretação do PCP, destaca com nomes e apelidos o activismo de comerciantes e empresários locais, mas revela-se omisso quanto à caracterização do resto da população mobilizada. Tendo em conta as dificuldades de realizar um censo dos participantes, parece-nos aceitável assumir a projecção proposta por Hammond (1984), na qual se infere a participação activa de uma base social similar àquela que apoiou eleitoralmente o CDS e o PPD nas zonas rurais nortenhas. Esta projecção coincide com as observações de Moisés Espírito Santo na sua monografia sobre o município da Batalha, em que destaca a participação genuína dos aldeãos minifundiários nas manifestações e assaltos, bem como com as imagens de arquivo da televisão, que, além do mais, mostram uma activa participação de jovens. Por outro lado, tem-se destacado a frequente participação dos emigrantes, de regresso às suas terras para as férias estivais, nas manifestações e assaltos. Raul Luz, o responsável de um destacamento

militar de propaganda radical (COPCON-PRP) que actuou em Trás-os-Montes, recorda que os emigrantes em férias «vigiavam-nos e seguiam-nos numa caravana de carros — de matrícula francesa — de uma aldeia para outra, repreendendo-nos com gritos cada vez que tentávamos entrar em contacto com a população [...] faziam tocar os sinos e iam chamar o padre, com quem organizavam um motim para nos expulsarem» (RL, *entrevista*).

Redes e organizações

A mobilização anticomunista, embora expressasse a «indignação genuína» referida por Mário Soares, contou com várias redes de organizações coordenadas. Sánchez Cervelló analisou a organização do movimento anticomunista, centrando-se principalmente na rede terrorista, mas as suas palavras podem ser utilizadas para caracterizar as redes que apoiaram a mobilização popular reaccionária: «Baseou-se no apoio da hierarquia eclesiástica, cujo epicentro foi o bispado de Braga, na ajuda operacional, técnica e económica de Espanha, que proporcionava, além disso uma retaguarda segura, na colaboração dos militares contrários ao 25 de Abril, que estruturaram todo o movimento, e, por último, no acordo de todas as forças políticas, dos socialistas à direita, maioritárias nos distritos do Centro e do Norte do país» (1993). Além do mais, ao passar em revista os nomes e acusações do *dossier Avante!*, podemos pressupor a participação de políticos locais coordenados pelas redes procedentes da extinta ANP.

Para além das organizações que estruturaram mais intimamente o movimento, este contou com a aliança táctica de quase todos os grupos que se opunham à hegemonia do PCP. Desde alianças passivas, como comandantes de polícia que não atendiam às chamadas, até às autoridades próximas do PS e do PPD, que proclamavam a sua compreensão e, por vezes, chegavam a participar nos assaltos (*Avante!*, 1977; Abreu, 1984). No momento em que o comunismo se transformou no principal inimigo formou-se uma coligação informal de amplo espectro até então inédita, que funcionou como escudo, reduzindo os custos das acções transgressoras, e acolheu tanto os grupos reaccionários como os mais moderados que tinham sido marginalizados depois do 25 de Abril e dos episódios radicalizadores de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março de 1975.

Do ponto de vista conspirativo, os activistas do chamado *plano Maria da Fonte* contaram com o apoio das estruturas eclesiásticas para o estabelecimento de uma rede de mobilização bem organizada, que se preparava, inclusivamente, para participar numa insurreição (Dâmaso, 1999). As diferentes redes, organizações e alianças foram fundamentais para a mobilização reaccionária e sem elas esta poderia ter tomado rumos muito diferentes. No entanto, o seu activismo, quer seja indicado pelo número de bombas e acções

de comando ou pela difusão de propaganda anticomunista, revela-se homogéneo no conjunto dos distritos nortenhos, pelo que não serve para explicar a ausência de violência colectiva na mobilização popular reaccionária verificada no distrito de Vila Real.

Além disso, não obstante o papel notável das redes de coordenação estruturadas, a propagação dispersa de assaltos e a participação de elementos não enquadrados organizativamente poderão ser em parte explicadas por processos de coordenação espontânea (Schelling, 1963, pp. 89 e segs.). Depois de se terem produzido os primeiros assaltos — muitos deles de carácter «local», como já assinalámos — e de se ter dado início à batalha pública pela interpretação do seu significado noutros locais distantes, a forma de participar, de criar um «campo» ou «bando» comum, é actuar publicamente da mesma maneira.

Descontentamento e interesses dos mobilizados⁶

Ao tentarem explicar (aos outros e a si próprios) as razões da participação popular na mobilização anticomunista, os «revolucionários» atacados costumam colocar o problema em dois âmbitos: a «falta de consciência de classe» por parte dos populares mobilizados e a «dependência» relativamente a latifundiários e párocos, os quais, para utilizar a expressão olsoniana, actuariam como «empresários políticos» da acção colectiva, eles sim directamente interessados no «bem-estar colectivo» contra-revolucionário. Pela sua parte, Hammond, adoptando a tese hobsbawmiana da falta de projecção para o futuro dos movimentos do pequeno campesinato — em termos de um projecto de classe —, considera que os camponeses nortenhos detentores de pequenas propriedades optam por uma política orientada para o *status* em vez de uma política orientada para os interesses, construindo um marco de interpretação do seu próprio valor identitário que compense a sua decadência económica, já que, «na ausência de uma estratégia económica viável, a estratégia da afirmação de valores surge como a mais razoável entre as que se encontram à disposição dessas classes» (1984, p. 275).

Em intervenções públicas, alguns porta-vozes do FMA reactualizavam as teses do obscurantismo provocado pelo domínio eclesiástico e pela falta de consciência e cultura políticas, procurando explicar e invalidar as preferências eleitoralmente expressas nas Regiões Centro e Norte do país (v. Correia, 1976a, pp. 137-138). Em oposição a estas intervenções, surgia nos jornais regionais, locais e nas folhas paroquiais do Norte do país uma resposta reactiva

⁶ Esta secção é constituída por uma série de hipóteses sociológicas, não por conclusões; está ainda por empreender um trabalho satisfatório neste sentido. Num primeiro momento decidimos tomar o descontentamento como dado, mas preferimos depois arriscar-nos a tentar explicá-lo.

na qual se reafirmavam os valores expressos nessas opções eleitorais e se rejeitava quem pretendesse tratá-las como sintomas de uma minoria de idade avançada.

Além disso, recorreu-se à elaboração de uma identificação colectiva que assinalava os mobilizados como «o povo», reivindicação que se veria reforçada pelo triunfo eleitoral de dois partidos (PS e PPD) que se opunham ao rumo vanguardista tomado pelo processo político. Em consequência, o adversário era tratado como um usurpador da vontade popular. Além disso, uma vez que as intervenções políticas revolucionárias emanavam de Lisboa e do Porto, alimentava-se a rivalidade rural/urbana e encorajava-se uma resposta reactiva capaz de defender o valor e a autonomia das posições políticas da província nortenha. No entanto, consideramos que um dos elementos mais importantes do marco simbólico deste movimento assentou na construção da imagem do adversário «comunista» como o usurpador da vontade popular expressa mediante o procedimento eleitoral. E isto, além do mais, num contexto em que a nova possibilidade de votar, fosse como exercício amplamente ansiado ou como oportunidade de unir vozes contra a revolução em marcha, tinha sido encarada com entusiasmo pela população, que já anteriormente tinha empreendido de maneira enérgica e voluntária a sua inscrição no censo.

Nesse mesmo sentido, a Igreja católica, como sublinhado na análise do seu discurso realizada pelo CERP (1976), apelava de maneira constante ao pluralismo político e ao respeito pelos resultados eleitorais, valores que, durante o regime anterior, tinham estado ausentes das declarações públicas da alta hierarquia. Verificou-se um desvio semelhante no discurso da direita que tinha servido de base social à ditadura, de modo que a legitimidade eleitoral passou a ser apregoada como o valor supremo, contrapondo-se ao vanguardismo da deriva socialista da revolução. Assim, a oposição forçada à senda revolucionária teve a função inesperada de integrar as direitas reacionárias no jogo eleitoral de uma democracia constitucional e, como destaca Villaverde Cabral (1983), de obrigar as elites urbanas a mobilizarem politicamente os pequenos camponeses do Norte e a integrá-los no espaço político nacional, pela primeira vez, como cidadãos.

De uma outra óptica, algumas monografias antropológicas sugerem que o «anticomunismo» pertencia já ao universo ideológico das populações rurais nortenhas (Brettel, 1984). Seguindo esta linha, Espírito Santo (s. d.) dissecau a amálgama de notas negativas de diferentes origens que caracterizam a concepção do «comunismo» compartilhada pelos camponeses do Centro e do Norte de Portugal. A análise deste autor enfatiza a instrumentalidade com que, nesta concepção, se misturam agravos e ameaças dificilmente conciliáveis com um conhecimento e uma análise serena do projecto político ou das práticas do PCP. No entanto, embora possa considerar-se válida a

observação de Espírito Santo quanto à falta de clareza da representação compartilhada desse projecto político, esta última — eventualmente inculcada pelos poderes do regime ditatorial e pela Igreja como referente do mal absoluto — encontra personificações reconhecíveis no comportamento dos comunistas e de outros partidos que a propaganda anticomunista procura associar àqueles. Assim, uma larga série de acontecimentos percebidos de modo negativo encontra um substrato prévio de preconceitos no qual ganha coerência, dentro de um sistema de estigmas que apresenta esses acontecimentos como «actuações comunistas», confirmando e activando a predisposição negativa⁷. Entre esses acontecimentos há que assinalar o abandono das colónias, a disputa do espaço público à igreja, as depurações administrativas, a ávida conquista de lugares de poder, as nacionalizações, a propaganda televisiva e, sobretudo, a reforma agrária — a qual, embora só afectasse o campo latifundiário, ofendia de modo ameaçador a inviolabilidade da propriedade.

Além disso, poderemos entender melhor a rejeição do rumo político se tivermos em conta a dissonância entre o projecto político socializante e o *etos* camponês nortenho, tal como se expressa no comportamento pessoal e familiar do grande contingente de emigrantes⁸. Este supõe um plano de futuro baseado na acumulação de um pequeno capital privado obtido por meio de um duro esforço pessoal, o que constitui uma matriz de avaliação da evolução política que pode reconhecer ameaças e desvalorizações na proposta de projectos colectivos de melhoria das condições de vida e de trabalho. Isto explica a facilidade com que casos isolados de excessos revolucionários, ou meros rumores, são convertidos em ameaças contra esse projecto de vida (Brettel, 1984). Assim, por exemplo, alguns casos de casas de emigrantes vazias ou em construção, objecto de ocupações por famílias pobres, transformaram-se num referente da ameaça da avidez indolente dos «comunistas» contra o pequeno tesouro obtido com o suor do próprio rosto (Downs, 1988).

Finalmente, a mesma emigração deu lugar a que, na sociedade rural nortenha, uma instituição, o banco, tivesse passado a ocupar um lugar privilegiado como depósito das poupanças dos emigrantes e como correio das remessas que estes enviam aos seus familiares. A precária confiança (*trust*) em instituições exteriores que caracteriza as sociedades pouco diferenciadas (Luhman, 1982) extingue-se quando os trabalhadores do sector bancário (nos

⁷ Agradeço ao prof. José Manuel Sobral as indicações oferecidas para esta secção.

⁸ No distritos do norte, entre 1960 e 1973, a emigração era empreendida, anualmente, por mais de 3% da população desses distritos (Rosas, 1994, p. 421). Gaspar e Vitorino (1976) mostram, do mesmo modo, a fortíssima correlação entre os contingentes de emigrantes por distrito e o voto à direita nesses mesmos distritos.

pequenos centros urbanos das diferentes províncias) violam o compromisso sobre a propriedade e disponibilidade das poupanças e, para evitar fugas de capital, congelam contas, reduzem as quantias das quais se pode dispor e retiram o controlo dos fundos aos clientes⁹. Não deve menosprezar-se o impacto que este comportamento pode ter sobre as percepções das populações. Não só reduziu para praticamente zero o envio de dinheiro do estrangeiro, como também, localmente, tornou perfeitamente reconhecível uma ameaça contra a propriedade privada que dava razão à propaganda anticomunista. A ameaça será representada pelas mudanças políticas de Lisboa e encarnada por essa instituição alheia, o banco, que se imiscui nas poupanças de cada um. Assim, aceitando a hipótese da *prospect theory*, segundo a qual os indivíduos percebem de modo mais marcado as desutilidades das perdas do que as utilidades dos ganhos, e a teoria segundo a qual a insegurança e o medo desencadeiam a constituição de um marco cognitivo de agravos e ameaças (Oberschall, 2000), parece plausível imputar uma parte da eficácia causal ao problema bancário como indutor de descontentamento. Finalmente, esta hipótese parece reafirmar-se se tivermos em conta o frequente ataque a agências bancárias por parte das multidões amotinadas, que as invadiam para expulsarem os trabalhadores «comunistas».

Do seu ponto de vista particular, as reflexões apresentadas convergem de modo a explicarem o descontentamento e o temor de amplas camadas da população dos distritos do Norte e Centro de Portugal perante as políticas do governo de Lisboa. No entanto, as ameaças, embora tornem mais baixos os níveis de risco que os indivíduos estão dispostos a assumir (Snow *et al.*, 1998), não devem satisfazer-nos enquanto explicação da mobilização, já que, como referimos anteriormente, a presença de uma definição compartilhada de uma situação negativa não basta para explicar a passagem para a acção colectiva, nem tão-pouco a forma, transgressora ou legal, que essa passagem possa assumir.

REPORTÓRIO DE FORMAS DE ACÇÃO

Actuar colectivamente supõe a coordenação de esforços e, para tanto, deverá existir um modelo de acção compartilhado pelos participantes. O conjunto destes modelos de mobilização, uma componente cultural da acção colectiva, varia de acordo com as alterações das circunstâncias históricas e convencionou-se denominá-lo «reportório» (Tilly, 1986; Tarrow, 1995). Os reportórios evoluem, mudam, aprendem-se e difundem-se, adaptando-se no processo aos novos marcos políticos e às novas finalidades dos

⁹ Nos arquivos do Conselho da Revolução há abundante correspondência de emigrantes que comunicam os seus receios e pedem garantias para as suas poupanças e para as suas casas em construção.

colectivos mobilizados. Além disso, a própria evolução do reportório é determinada por processos de reajustamento recíproco entre a acção colectiva e as formas de resposta estatal e policial (Della Porta, 1999).

Procedemos de seguida a uma pequena revisão analítica e não exaustiva das formas de acção colectiva transgressora praticadas em Portugal por parte dos movimentos anticomunistas. Por outro lado, destacamos que não se registou uma inovação no reportório, retomando-se antes formas de acção anteriormente seguidas por colectivos de operários fabris, por movimentos de extrema-esquerda, por jornalheiros ou pelos movimentos vicinais.

Bloqueio de estradas

Uma das formas de acção praticada pelos movimentos anticomunistas foi o bloqueio de estradas. Este consiste na formação de um piquete que, com a ajuda de diversos obstáculos, impede ou restringe o trânsito em pontos importantes de uma rede viária. Os participantes controlam as pessoas e bens que pretendam atravessar esses pontos e, em determinadas circunstâncias, agredem ou retêm as pessoas e apropriam-se de ou destroem os bens transportados. Este tipo de acção já tinha sido praticado por sindicalistas, simpatizantes do PCP e do MDP, comissões de moradores e outros grupos durante os «episódios» de ameaça golpista de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março de 1975, na tentativa do PCP de evitar as manifestações do PS no Verão de 1975, e voltou a ser praticado durante a confusão golpista de 25 de Novembro. No Verão de 1975, o movimento anticomunista apropriou-se desta técnica como meio de controlar a distribuição de jornais adversos e de impedir pessoas suspeitas de participarem em actos organizados pelo PCP.

Assalto a locais dos oponentes

Um grupo numeroso (existem diferentes relatos que indicam grupos de 25 a 3000 pessoas) dirige-se à sede ou domicílio dos oponentes e cerca-os, gritando em coro palavras de ordem. De seguida, e se não houver uma força que o impeça, um sector dos manifestantes irrompe nas suas dependências e emprega a violência, agredindo os seus ocupantes (se estiverem presentes no momento do assalto) e destruindo os objectos, que podem ser lançados para a rua. Em algumas ocasiões, o assalto pode ser seguido de uma tentativa de incêndio ou de roubo de objectos. Esta forma de acção encontrará praticantes por parte de diferentes grupos políticos a seguir ao 25 de Abril (registaram-se assaltos às sedes do CDS e do PDC, em resposta às tentativas golpistas de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março de 1975, e à Embaixada de Espanha no Outono desse mesmo ano, etc.).

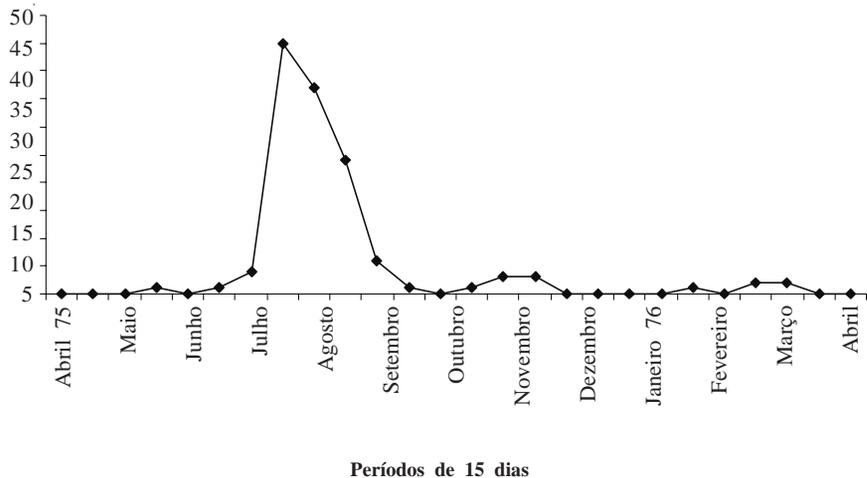
Ao analisar os assaltos anticomunistas do Verão de 1975, vemos que esta prática era habitualmente proposta às populações após vários dias de propaganda mediante panfletos e contactos com figuras proeminentes locais, constituindo a culminação de outros tipos de actos colectivos, alguns deles de carácter propriamente político (manifestações ou comícios), mas muitos outros de natureza meramente rotineira, como dias de mercado ou missas dominicais. Assim, as multidões costumavam incluir pessoas que não pertenciam ao núcleo urbano principal no qual se situavam as sedes, o que facilitava a eliminação das barreiras comunitárias à prática da violência.

Boicote violento a comícios

Este é talvez o tipo de acção mais dura e, de um modo geral, necessita de um forte enquadramento dos participantes. Estes surgem armados e cercam o local onde se concentram os adversários, dispostos a irromperem violentamente no seu interior ou a defrontarem-se com os participantes nas imediações. Grupos maoístas realizaram boicotes contra o Congresso do CDS no Porto ou contra um comício eleitoral em Setúbal. Em Agosto de 1975 foi a vez de o PCP sofrer um boicote em Alcobaça e a ameaça de um outro levou-o a suspender um comício no Porto.

Assaltos anticomunistas 1975-1976: incluem assaltos multitudinários e de comando

[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: *Avante!* (1978), elaboração própria.

Bloqueio de instituições (bancos e juntas de freguesia)

Uma das formas de acção que a bibliografia consultada não refere, mas que surge sistematicamente nas fontes, é o bloqueio, por vezes acompanhado de ocupação parcial, de agências da banca nacionalizada. O objectivo é expulsar os (ou impedir a entrada dos) trabalhadores «comunistas» que lideraram o processo de controlo da fuga de capitais e levaram a cabo o congelamento e controlo das contas bancárias (primeiro, oficialmente, coordenados pelo seu sindicato, e depois seguindo as orientações do governo). Estes bloqueios costumam surgir como actos colaterais a outras acções colectivas (manifestações ou assaltos).

Este mesmo tipo de acção foi frequentemente utilizado para forçar a demissão dos membros das comissões administrativas provisórias de muitas câmaras municipais e juntas de freguesia que pertenciam maioritariamente ao MDP.

FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO, DISSUAÇÃO E REACÇÃO POPULAR

A cartografia da contra-revolução mostra que houve assaltos com participação popular em quase toda a margem norte do rio Tejo. Além disso, houve mais assaltos nos distritos costeiros, que são aqueles com mais pólos incipientes de industrialização e nos quais havia sedes sindicais e uma maior presença do PCP e de outros partidos de esquerda.

De certo modo, durante as jornadas de violência popular, a actividade anticomunista tendeu a saturar os objectivos possíveis. Como sucedeu em várias localidades de Braga, Aveiro e Leiria, a multidão realizava vários assaltos durante a mesma jornada de protesto ou em jornadas sucessivas. Apenas num distrito, Vila Real, surge um comportamento completamente diferente, já que é o único no qual não se registou nenhum assalto popular às sedes da esquerda. Esta particularidade servir-nos-á de guia na investigação das condições que explicam a passagem da mobilização para a violência colectiva.

É possível comparar os distritos *transmontanos* de Vila Real e Bragança e comprovar que entre um e outro não havia grandes diferenças ao nível do sector produtivo predominante (o primário em ambos os casos), nem em termos do comportamento religioso (acentuado em ambos os distritos) (França, 1980), nem quanto às dimensões das propriedades (em geral, pequenas) e ao comportamento político (a população de ambos os distritos votou maioritariamente nos partidos à direita do PS, seguindo o jogo de correlações derivado das duas variáveis anteriores) (J. Coelho, 1980). Além disso, embora não registem similaridades tão profundas, os distritos adjacentes de Braga, Viseu e Guarda partilham também as mesmas características. No entanto, independentemente destas semelhan-

ças, o Regimento de Infantaria de Vila Real era classificado pela inteligência político-militar como *de esquerda*, especialmente devido às actuações do destacamento de Chaves (SIPC, 1976; Almeida, 1978); em contrapartida, o de Bragança inclinou-se para a direita (*id.*, *ibid.*), foi tomando posição contra o rumo revolucionário, os seus oficiais participaram na contestação e desobediência ao comandante *gonçalvista* da região militar a que pertenciam e o seu responsável colaborou sem entusiasmo nas «campanhas de dinamização (propaganda política)» do MFA (*entrevista RL*). Além do mais, as unidades de Braga, Guarda e Viseu foram igualmente qualificadas como de direita pela inteligência militar.

Resultados eleitorais nos distritos da Região Militar Norte

[QUADRO N.º 1]

| | PPD | PS | CDS | PCP | MDP |
|---------------------------|------|------|------|------|-----|
| Braga | 37'7 | 27'4 | 18'1 | 3'7 | 2'9 |
| Bragança. | 43'1 | 24'5 | 13'5 | 2'7 | 3'6 |
| Porto | 29'4 | 42'5 | 8'9 | 6'7 | 2'6 |
| Viana do Castelo. | 36'0 | 24'4 | 14'5 | 3'8 | 7'1 |
| Vila Real. | 43'2 | 25'9 | 9'1 | 4'3 | 4'1 |
| <i>Portugal</i> | 26'4 | 37'4 | 7'7 | 12'5 | 4'1 |

Consequentemente, estamos convictos de que merece a pena explorar a hipótese de que a notável diferença de comportamento colectivo transgressor nos diferentes distritos possa ser explicada pela atitude perante os factos tomada pelos centros de poder com capacidade coercitiva. O que pretendemos esclarecer é como foi possível que, por exemplo, no distrito de Bragança se assaltassem cinco sedes partidárias de esquerda ou sindicais, enquanto em Vila Real não se verificou nenhuma; além disso, em Bragança registaram-se perseguições aos comunistas de tal ordem que, já depois do «Verão quente», o governador civil, ao ser interrogado sobre a ausência do PCP e do MDP numa reunião institucional, comentou à imprensa local que «[...] esses partidos passaram à clandestinidade, não têm sede nem sei onde encontrá-los» (*Mensageiro de Bragança*, 21-9-75).

Por outro lado, outras actividades anticomunistas relativamente mais independentes da presença de uma reserva de forças de ordem pública, como atentados terroristas ou grandes manifestações de apoio ao patriarcado contra o processo revolucionário (as primeiras de carácter não popular nem colectivo e as segundas não transgressoras), tiveram lugar de maneira similar em ambos os distritos, inclusive com maior virulência em Vila Real.

Acções anticomunistas e unidades militares no Centro e Norte de Portugal,
Verão de 1975

[QUADRO N.º 2]

| Distrito | Região militar | Assaltos populares (a) | Manifestações organizadas pelo patriarcado católico | Atitude dos «anti-comunistas» perante as unidades militares do distrito (b) |
|----------------------------|----------------|---------------------------|---|--|
| Braga | Norte | 13 | Sim | Apoio |
| Bragança | Norte | 5 (6) | Sim | Apoio |
| Porto | Norte | 7 (20) | Sim | A/R discriminados |
| Viana do Castelo | Norte | 4 (8) | Não | Apoio |
| Vila Real | Norte | 0 (1) | Sim | Rejeição |
| Aveiro | Centro | 12 (18) | Sim | Apoio |
| Castelo Branco | Centro | 2 | Não | Apoio |
| Coimbra | Centro | 2 | Sim | Apoio |
| Guarda | Centro | 2 | Sim | n. d. |
| Leiria | Centro | 12 (16) | Sim | Apoio |
| Santarém | Centro | 5 (9) | Não | Apoio |
| Viseu | Centro | 6 (10) | Sim | Apoio |

Elaboração própria baseada em SIPC, 1976, *Avante!*, 1977, e nas publicações periódicas citadas na bibliografia.

(a) Apresenta-se o número de assaltos com participação popular e, entre parênteses, o total da soma entre estes e os assaltos em operação de comando. Uma vez que algumas fontes não são claras relativamente à natureza de alguns assaltos, há que tomar estes dados como estimativas.

(b) A atitude foi expressa por meio de comunicados e manifestações entre Agosto e Novembro de 1975 e faz referência à valorização que os partidos da «coligação anticomunista» realizam das atitudes políticas e de ordem pública assumidas pelas unidades militares.

A nossa hipótese básica é clara: a diferença de comportamento nos diferentes distritos de simpatia anticomunista deriva dos modelos de acção adoptados pelas unidades encarregadas da ordem pública presentes no terreno. Esses modelos, que variavam de distrito para distrito, apresentavam diferentes graus de tolerância relativamente às actividades anticomunistas e explicam por que razão ocorreram em alguns lugares episódios de violência colectiva, ao passo que noutros locais tal não se verificou.

HIPÓTESES ALTERNATIVAS

Uma vez rejeitada a hipótese de diferenças sócio-demográficas ou de identificação política entre ambos os distritos, temos ainda de examinar a hipótese de ter ocorrido em Vila Real um desenvolvimento heterogéneo das fases anteriores do processo de transição nos diferentes distritos, de modo que as inclinações políticas análogas reflectidas pelos resultados eleitorais não tivessem encontrado os mesmos objectos de descontentamento. Para analisar esta hipótese elaborámos cronologias dos acontecimentos sociais, políticos e admi-

nistrativos em ambos os distritos com base nos semanários regionais¹⁰, podendo comprovar um desenvolvimento muito similar dos episódios mais importantes. Em primeiro lugar, imediatamente depois do 25 de Abril, mobilização dos opositores à ditadura, formação de «comissões municipais de democratas» e substituição das autoridades dos principais núcleos populacionais por nomes propostos por estas comissões (muitos inscrever-se-iam no MDP e outros no PS). Também em ambos os distritos, o PPD organiza-se rapidamente (Verão de 1974), conseguindo que o governador civil nomeado não seja o candidato proposto pelo MDP e pelo PCP. Além disso, o próprio PPD, a partir de Novembro de 1974, vai-se estabelecendo como força dominante, conseguindo ganhar a partida ao MDP na organização das substituições das autoridades das *juntas de freguesia* dispersas pelo acidentado território transmontano. Durante a campanha eleitoral de Abril tão-pouco podem constatar-se grandes diferenças: verifica-se em ambos os distritos uma actividade de comunicação política generalizada e, igualmente em ambos, produzem-se pequenos conflitos quando os comícios locais do PCP, do MDP e do PPD são boicotados com assobios ou intimidações. Como já assinalámos, o resultado eleitoral foi similar em ambos os distritos, concedendo a vitória ao PPD e relegando o PCP para um modestíssimo quarto lugar, a seguir ao PS e ao CDS. Em princípio, não encontramos nenhuma razão de trajectória política que possa servir de factor explicativo da diferença.

A DISSUAÇÃO, UM ASSUNTO LOCAL

Neste ponto, uma vez rejeitadas as hipóteses que estabeleceriam uma predisposição estrutural ou uma trajectória política particular de cada distrito e que poderiam explicar alternativamente o diferencial de violência colectiva, entramos na busca de evidências que indiquem o carácter diferente (dissuasivo ou não) dos modelos locais de respostas coercitivas e, em especial, do carácter extraordinário do caso de Vila Real.

Vários acontecimentos permitem-nos compreender como em cada distrito se tolerava de maneira diferente a acção colectiva anticomunista. Estes acontecimentos indicam aos potenciais mobilizados, mediante a demonstração dos modelos de acção, as represálias que podem esperar quando embarcam num ou noutro tipo de comportamento. Ao ser explorada a crise no seio do MFA com a recolha de assinaturas em torno do *Documento dos Nove*, multiplicaram-se as disputas sobre a orientação política das unidades, as quais se viram divididas pelos conflitos e se tornaram sensíveis às expectativas dos partidos

¹⁰ Também elaborámos cronologias para outros distritos: Viana do Castelo, Santarém, Braga, Leiria e Faro, que nos servem de controlo externo das comparações.

e das populações mobilizadas que as rodeavam. Assim, entre Julho e Novembro de 1975, os partidos procuraram orientar a seu favor as unidades aquarteladas em cada distrito, organizando manifestações, publicando notas de apoio aos oficiais com quem simpatizavam, cortejando os indecisos e criticando aqueles que se lhes opunham. Pode dizer-se que os partidos levaram a efeito um sistemático cortejo «de massas» às unidades militares que consideravam afectas.

Se nos concentrarmos na comparação entre Bragança e Vila Real, podemos comprovar que, no primeiro distrito, o PPD organizou manifestações para apoiar o comandante do destacamento militar pelas decisões tomadas e em oposição aos críticos de esquerda do mesmo, assim como para apoiar o seu alinhamento a favor do sector moderado do MFA (*O Mensageiro de Bragança*, 22-8-75 e 10-9-75). No tom e na intenção dos comunicados, a unidade é entendida como próxima do partido, e as manifestações serviram de reforço, de *input* legitimador para saudar a indisciplina da unidade frente ao poder político e militar *radical* ou *gonçalvista* de Lisboa. Dentro da mesma linha, não encontramos nas fontes consultadas nenhum tipo de reprovação por parte dos partidos do campo *anticomunista* contra a atitude das tropas durante as manifestações ou depois dos assaltos; de acordo com as fontes, as tropas comparecem no local dos episódios de violência popular *anticomunista* «depois de consumados» (*ibid.*, 20-8-75).

Em contrapartida, em Vila Real, durante esse Verão de 1975, o PPD protestou sucessivamente contra a «excessiva» presença de forças militares preventivas em diferentes acontecimentos, aos quais os soldados acudiam «armados com [espingardas automáticas] G3, como se o povo fosse um inimigo a vigiar». Assim, o PPD protestou contra a presença de tropas na ocupação do Instituto de Chaves (a segunda cidade do distrito) pelos estudantes — que exigiam a expulsão da comissão directiva, «integrada por comunistas» (*Notícias de Chaves*, 2-8-1975) —, numa manifestação contra o V Governo Provisório e na manifestação de apoio ao patriarcado pelo caso Rádio Renascença (*ibid.*, 6-9-1975). Confirmando esta imagem de adversário coercitivo que o Regimento de Infantaria de Vila Real tinha criado, ao concretizar-se a solução moderada para o conjunto do país, depois de «25 de Novembro» de 1975, as forças políticas não comunistas de Chaves convocaram uma manifestação «não partidária» para exigir a retirada do comandante do destacamento daquele regimento na cidade fronteiriça, ao qual se reprovava a sua fidelidade à hierarquia *gonçalvista* (*ibid.*, 20-9-1975).

Como podemos observar no quadro 2, Vila Real foi o único distrito das Regiões Militares Norte e Centro no qual as unidades militares locais eram consideradas hostis por parte da coligação *anticomunista*. O caso do Porto é claramente diferente, já que as características sócio-demográficas desta cidade e a presença de numerosos quartéis com diferentes orientações políticas deram origem a sequências de conflito próprias.

Com base nesta dupla evidência empírica — não houve acções colectivas violentas no distrito de Vila Real e os anticomunistas exprimiram a sua convicção de que as tropas estavam dispostas a actuar contundentemente contra eles — podemos concluir que o Regimento de Vila Real se tinha mostrado comprometido, mediante a presença física e a declaração de disposições, com a manutenção da ordem pública. Deste modo alcançou uma capacidade dissuasiva que eliminou, inclusivamente, a necessidade de fazer uso real dos meios coercitivos quando ocorreu a prevenir violências em manifestações de vários municípios da região nas quais a propaganda dos grupos anticomunistas anunciava assaltos.

Como se não bastasse, o sistema de ordem pública de Vila Real era caracterizado pelo invulgar compromisso do comandante da Polícia de Segurança Pública, o qual, ao contrário dos seus pares de Bragança ou de Braga, mobilizou preventivamente todos os seus efectivos para proteger as sedes do PCP e do MDP no dia da manifestação do patriarcado (*A Voz de Trás-os-Montes*, 6-9-1975) e no ano seguinte se destacou pelas tentativas de incriminar os responsáveis pelo atentado bombista que vitimou o «padre Max». Neste contexto, a actividade dos agitadores organizados não teve qualquer eficácia, de modo que, embora se tivessem verificado manobras conspirativas e panfletos incendiários em localidades do distrito, como Chaves, Valpaços e Vila Real, as múltiplas manifestações anticomunistas realizadas nestas localidades não obedeceram aos moldes da teoria defendida pelo seu coordenador, Paradela de Abreu (1984), segundo a qual «bastava um simples fósforo para incendiar as massas».

Como veremos, a eficácia dos meios de dissuasão assentava na convicção geral de que, em caso de necessidade, as tropas disparariam «a matar», uma ordem que se atribuía com insistência ao brigadeiro Eurico Corvacho, comandante *gonçalvista* da Região Militar Norte (RMN) (*Comércio do Porto*, 21-8-75).

O FACTOR DISSUASIVO

O compromisso do Regimento de Infantaria de Vila Real com a manutenção da ordem pública e com o uso dos meios à sua disposição (armas de guerra) marcou a diferença desse distrito relativamente aos restantes distritos nortenhos. O PCP, a principal vítima da violência, e a inteligência militar propunham «uma acção enérgica e centralizada que reprima exemplarmente as acções contra a ordem democrática e decapite, a nível nacional e regional, a contra-revolução» (SDCI, 5-8-75). Eurico Corvacho, comandante *gonçalvista* da Região Militar Norte, enquanto procurava apaziguar os descontentes mediante operações rápidas de melhoria material das condições de vida, insistiu também na necessidade de firmeza na contenção da violência «reaccionária». No entanto, não foi secundado

nem pelo outro comandante afectado, Franco Charais, da Região Militar Centro (RMC), nem pela maior parte dos comandos das unidades aquarteladas nos vários distritos afectados. Estas unidades, ao contrário da de Corvacho, eram consideradas «amigas» por parte da coligação anticomunista, que assim o expressou em sucessivas manifestações (quadro n.º 2). Depois de diversos conflitos silenciosos, e num novo caso de desintegração institucional, a linha hierárquica do comandante da RMN foi contestada de forma pública pelos oficiais das unidades, os quais se coordenaram a partir de finais de Julho de 1975 para pedirem a sua demissão (Almeida, 1978; *Comércio do Porto*, 21-8-75). No decurso da crise, a maior parte dos comandos da RMN desvincularam as suas unidades da dependência operativa relativamente à sua região militar e, como não se tratava de uma insubordinação aberta, colocaram-se na hierarquia da RMC. Nesta, o próprio comandante, Franco Charais, com o apoio dos oficiais que comandavam as unidades da sua região, renunciou explicitamente à reserva final de exercício de violência para casos de ordem pública, limitando-se ao compromisso de tentar conter os ânimos e de evacuar as pessoas ameaçadas, embora isso deixasse o campo livre ao assalto e ao saque (*Comércio do Porto*, 21-8-75). Deste modo, ao abdicar da utilização dos meios disponíveis, a dissuasão coercitiva desaparecia.

O PCP e o MDP denunciaram repetidamente a falta de compromisso das unidades militares e policiais em sua defesa, as quais ou não acudiam aos lugares ameaçados ou actuavam de modo passivo. Além disso, chegaram a «participar» no assalto, justificando que era essa a melhor forma de (1) resgatar os militantes atacados e (2) evitar que estes usassem as armas com as quais, em algumas ocasiões, chegaram a disparar contra a multidão. A versão mais adversa é apresentada pelo SDCI, o qual assegura que «as forças militares e militarizadas foram, em grande número de casos, perfeitamente ineficazes e chegaram a colaborar com a reacção [...] e a participar no saque e na destruição de centros de trabalho do PCP» (SDCI, 14-9-1975).

Renunciando às suas responsabilidades, alguns oficiais de unidades militares pretenderam devolver as suas competências em matéria de ordem pública à Guarda Nacional Republicana — contudo, o responsável desta na Região Militar Centro também renunciou explicitamente à utilização de meios violentos para manter a ordem pública (*Comércio do Porto*, 23-9-1975)¹¹.

Nos inícios de Agosto, depois de três semanas de ineficácia, era já explícita a negativa de muitas unidades de manterem a ordem pública e a segurança dos imóveis do PCP. Como o SDCI tinha já assinalado, «os comandantes das unidades do Norte mostraram-se inoperantes para garanti-

¹¹ As polícias, pela sua conotação com o regime deposto, encontravam-se politicamente desamparadas nos casos em que actuavam de modo impopular. Assim, o responsável da GNR na RMC justificava a sua inoperância afirmando que «se um guarda meu matasse alguém, era imediatamente considerado um assassino» (*Comércio do Porto*, 23-9-1975).

rem a ordem democrática» (SDCI, 14/8). Assim, Corvacho solicitou a presença de uma força de 140 *fuzileiros* navais e de um destacamento do RALIS. Estas tropas depararam com um movimento já amadurecido, que tinha feito do assalto às sedes a sua imagem de marca, e para tentarem detê-lo tiveram de actuar contundentemente, disparando para o ar tiros de metralhadora. Durante as operações, estas tropas fizeram pelo menos um morto e diversos feridos¹². Estes episódios elevaram o tom da oposição a Corvacho do PS e do PPD, que exprimiram a sua indignação perante a repressão violenta do povo. Tornando ineficazes os seus esforços, o governo foi incapaz de assumir as consequências de uma política repressiva consequente; do mesmo modo, na tomada de posse do V Governo Provisório, o general Costa Gomes lamentou a situação, declarando que o MFA «não tinha vocação para reprimir o povo». Como se fosse pouco, tornou-se mais expressa a resistência dos oficiais das unidades dos distritos nortenhos nas quais se deviam alojar as forças vindas do Sul, obrigando a que fossem imediatamente retiradas (SDCI, 12-7-1975)¹³. A partir de então, confirmada uma vez mais a impunidade, a vaga de assaltos pôde continuar, terminando apenas quando se consumou a queda do V Governo Provisório e a marginalização do sector *gonçalvista* do MFA.

A excepcionalidade do comportamento do Regimento de Infantaria de Vila Real era de tal ordem que Torquato Correia, um militante contra-revolucionário optimista, se mostrava convicto de que, se fosse desencadeado um golpe de Estado, «os únicos focos de resistência comunista [*sic*] previsíveis a norte do Douro [estariam] concentrados nos estaleiros de Viana do Castelo e nas tropas do quartel de Vila Real»¹⁴ (Dâmaso, 1999).

A renúncia, proclamada e comprovada, ao emprego de meios extremos na contenção da acção colectiva popular equivaleu a uma total tolerância. Com esta decisão, as unidades desvincularam-se do seu compromisso com a manutenção da ordem e das instruções recebidas nesse sentido, mas encontraram um amplo grupo de partidos e forças políticas relevantes que, mediante comunicados e manifestações de apoio, lhes serviram de referente de legitimidade. Deste modo, estabeleceram uma coordenação interorganizativa para-estatal alternativa à formalmente constituída, indisciplinando-se relativamente às or-

¹² No que respeita aos números de vítimas, as fontes, envolvidas na luta pela definição da validade ou invalidade destas acções, não são concludentes.

¹³ O SDCI assinalava também que «nas regiões em que se verificam os incidentes, as tropas recusam-se a intervir e poderão produzir-se conflitos com as tropas deslocadas do sul.»

¹⁴ Por outro lado, a capacidade de mobilização dos trabalhadores dos estaleiros de Viana do Castelo pode explicar a resistência da sede do PCP a várias ameaças de assalto. Sempre que se anunciava uma ameaça «reaccionária» (desde os episódios golpistas às manifestações anticomunistas), centenas de trabalhadores abandonavam os seus postos e concentravam-se no centro da cidade. Finalmente, a sede do PCP de Viana foi destruída por uma bomba em Janeiro de 1976.

dens recebidas e formando o embrião da reorganização dos aparelhos coercitivos do Estado que seria empreendida pelo VI Governo Provisório.

A recusa de utilizar armas contra as multidões anticomunistas pode parecer uma decisão moderada. No entanto, se a analisarmos à luz das doutrinas de manutenção da ordem pública, esta renúncia significa uma total abdição do compromisso de cumprir a missão. A dissuasão só pode ser eficaz se assentar num compromisso expresso e credível com a utilização dos meios extremos disponíveis em caso de necessidade (Schelling, 1984; PSP, 1969). Uma vez que as companhias móveis antidistúrbios da polícia tinham sido dissolvidas e as unidades das forças armadas mobilizadas para estas acções não possuíam treino específico nem material antidistúrbios (canhões de água, matracas, etc.) — que permitem uma escalada notável da violência exercida pelos aparelhos de Estado, mas com poucos riscos de provocarem vítimas mortais —, *a capacidade dissuasiva perante uma multidão determinada só podia basear-se no compromisso em utilizar, em último caso, os meios disponíveis, ou seja, disparar sobre a multidão*. Ao renunciar a esta possibilidade, de elevados custos políticos, e, além disso, ao anunciá-lo publicamente, qualquer barreira de soldados podia ser facilmente neutralizada por uma multidão suficientemente numerosa.

Por último, assinalaremos que a atitude relativamente à ordem pública e aos meios de a manter não traía uma especial insensibilidade ou dureza dos militares *gonçalvistas*. Pouco depois de 25 de Novembro de 1975, altura em que se consolida a opção institucional, as forças de segurança, agora maciçamente apoiadas pelos poderes constituídos e pelos partidos governamentais, tiveram de mostrar o seu compromisso com a ordem pública em dois precoces episódios que envolveram disparos a matar, desta vez contra multidões que protestavam contra o encarceramento dos «militares progressistas». Estas operações causaram quatro mortos e seis feridos (Santos *et al.*, 1997). Além disso, as actas do Conselho da Revolução¹⁵ mostram o apoio a essas acções por parte de alguns dos mesmos militares que condenavam a sua crieza na altura em que eram defendidas pelos *gonçalvistas*. Estes episódios, a par de outros análogos, mas menos sangrentos, marcaram a consistência do novo cenário político e pautaram o desaparecimento das práticas transgressoras dos movimentos sociais.

NOTAS FINAIS

Julgamos que fica suficientemente argumentado que a falta de capacidade e vontade coercitivas das forças encarregadas da ordem pública se revela o

grande factor explicativo do surgimento da violência colectiva. Assim, podemos concluir que, perante a interpretação normalmente defendida, *a violência praticada pela mobilização popular anticomunista durante o Verão «quente» de 1975 não constitui um bom indicador da magnitude do descontentamento popular, já que os restantes indicadores de descontentamento não nos permitem isolar a singularidade do caso de Vila Real. O descontentamento foi necessário para esse tipo de mobilizações, mas não foi suficiente. De facto, o surgimento de actos de violência colectiva parece antes indicar a precariedade com que o governo «gonçalvista» geria o poder do Estado.*

Do mesmo modo, consideramos que a base comparativa apresentada dá força a esta hipótese, embora fosse ainda necessário explorar mais a fundo o processo de formação e o fundamento das estruturas de preferência política e as considerações que levaram os militares no terreno a entenderem como mais custoso o exercício da repressão do que a insubordinação e a tolerância perante a ocorrência de desmandos colectivos. Neste sentido, podemos considerar que o descontentamento explica de facto a violência se tivermos em conta que esse mesmo descontentamento pode explicar a insubordinação das unidades militares que se negam a reprimir os actos de violência¹⁶. Em todo o caso, a predisposição das unidades militares, embora apresente um grau de autonomia, como demonstrado pelo Regimento de Vila Real, surge também mediada pelos processos de avaliação da situação e pelo contágio das atitudes das populações.

Por outro lado, não obstante a forma afirmativa da tese apresentada, a repressão não deve ser tomada como uma variável unidimensional e, embora o Estado esteja disposto a aplicá-la de maneira coordenada e sistemática, na interacção de acção, repressão e constituição de movimentos podem criar-se novas formas de resistência e acção colectiva que inovam ou substituem o marco dos episódios conflituais. Além do mais, há que ter em conta que na análise do conflito e da interacção entre as autoridades e os contestatários o jogo lógico se altera quando nos encontramos perante actores que se reconhecem como pertencentes a uma mesma comunidade política — o caso de Portugal continental — ou quando, pelo contrário, está em jogo a própria definição da comunidade política pertinente — que é o que acontece nos conflitos nacionalistas ou étnicos.

Finalmente, a concreção territorial da desarticulação do Estado também se revelou produtiva. Neste sentido, as apreciações gerais sobre o Verão quente de 1975, e que assinalam a conquista do poder do Estado pelos radicais com a nomeação do V Governo Provisório, deverão ser muito matizadas, já que a fragmentação da lealdade das unidades incapacitou os

¹⁶ O interesse de explorar esta hipótese foi-me sugerido pelo Prof. Pina Cabral.

gonçalvistas, que não puderam aplicar como teriam desejado as medidas de controlo da desordem pública. No Verão de 1975, a orientação política dos aparelhos de Estado era já anticomunista numa boa parte do território a norte do Tejo; desse modo, o Estado *revolucionário* português era um Estado *em crise*, e aqueles que detinham o poder formal mostraram-se incapazes de resolverem a seu favor a reintegração institucional. Nestas condições, revela-se infrutífero caracterizar o Estado como um conglomerado de acção homogéneo, já que não podemos afirmar que o Estado fizesse isto ou aquilo. Pelo contrário, teremos de atender às redes de consolidação interorganizativas que emergem em concorrência com as cadeias hierárquicas formais.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS

ACR, Arquivo do Conselho da Revolução, Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Lisboa; AGVC, Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo; ADVR, Arquivo Distrital de Vila Real.

ENTREVISTAS UTILIZADAS (TODAS REALIZADAS EM 2001)

CARLOS ANTUNES (dirigente do PRP); Raul Luz (destacamento do COPCON em Trás-os-Montes); Dr. Júlio Montalvão Machado (governador civil de Vila Real em 1974-1975); coronel Costa Brás (militar do MFA, ex-ministro da Administração Interna); Dr. Alberto Oliveira e Silva (dirigente do PS em Viana do Castelo).

IMPrensa, 1974-1976

A Aurora do Lima, Viana do Castelo; *A Roda do Leme*, Ponte de Lima; *A Voz de Trás-os-Montes*, Vila Real; *Avante!* (PCP), Lisboa; *Comércio do Porto*, Porto; *Correio do Ribatejo*, Santarém; *Diário de Notícias*, Lisboa; *Diário do Minho*, Braga; *Jornal da Marinha Grande*, Marinha Grande, Leiria; *Jornal Novo*, Lisboa; *Mensageiro de Bragança*, Bragança; *Notícias de Chaves*, Chaves; *O Algarve*, Faro; *O Cávado*, Braga; *O Militante*, Lisboa; *O Povo do Lima*, Ponte de Lima; *O Vianense*, Viana do Castelo; *O Vilarealense*, Vila Real; *Portugal Socialista* (PS), Lisboa; *Povo Livre* (PPD/PSD), Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Paradelas de (1984), *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro. Memória do Tempo Perdido*, Lisboa, Intervenção.

ALMEIDA, Dinis de (1978), *Ascensão, Apogeu e Queda do Movimento das Forças Armadas*, 2.º vol., ed. do autor, Lisboa.

AMARAL, Diogo Freitas do (1995), *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores.

ANTUNES, Carlos (2000), *Histórias do PREC*, CD-áudio, 2.º vol., Lisboa, TSF-Diário de Notícias.

AVANTE! (1978), *Dossier Terrorismo*, Lisboa, Edições Avante!

AYA, Rod (1995), «La protesta como política: generalización y explicación en la sociología histórica», in *Política y Sociedad*, n.º 18, Madrid.

- AYA, Rod (1997), «Explicar a violência revolucionária después de Tucídides», in *Zona Abierta*, n.ºs 80-81 (número temático sobre teoria e metodologia das revoluções).
- BARRETO, António (1987), *Anatomia de Uma Revolução: a Reforma Agrária em Portugal, 1974-1976*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- BARROSO, José Durão (1984), «Capacidade de adaptação e incapacidade de decisão. O Estado português e a articulação política dos interesses sociais desde 1974», in *Análise Social*, vol. XX (83), 1984 (4.º), pp. 453-465, Lisboa.
- BARROSO, José Durão (1989), «O processo de democratização, uma tentativa de interpretação a partir de uma perspectiva sistémica», in Coelho (ed.) (1989).
- BERMEO, Nancy Gina (1986), *The Revolution within the Revolution, Workers Control in Rural Portugal*, Princeton, Princeton University Press.
- BOIS, Paul (1972 [1960]), *Paysans de l'Ouest*, Paris, Flammarion.
- BRETTELL, Caroline B. (1984), «Emigration and its implications for the revolution in Northern Portugal», in Graham *et al.* (1984).
- BURGUETE, J. A. (1978), *O Caso Rio Maior*, ed. O Século.
- BRUNEAU, Thomas (1995), «From revolution to democracy in Portugal: the role and stages of provisional governments», in Linz e Shain (eds.).
- CABRAL, Manuel Villaverde (1978), «Sans illusions ni préjugés, mouvement autogestionnaire au Portugal depuis 1974», in *Actas do 3.º Colóquio Internacional do Centro Inter-universitário de Estudos Europeus*, Montreal.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1983), «A «Segunda República» portuguesa numa perspectiva histórica», in *Análise Social*, vol. XIX (75), 1983 (1.º), pp. 137-142, Lisboa.
- CERP (1977), *Perguntas à Nossa Igreja. Igreja e Política do 25 de Abril ao 25 de Novembro*, Lisboa, Ulmeiro.
- COELHO, José N. (1980), *Factores Explicativos do Comportamento Político da População Portuguesa. Análise Regional*, IED, caderno 1, Lisboa.
- COELHO, Mário Baptista (coord.) (1989), *Portugal, o Sistema Político e Constitucional*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CORREIA, Ramiro, *et al.* (1976a), *MFA e Luta de Classes*, Lisboa, Ulmeiro,
- CORREIA, Ramiro, *et al.* (1976b), *MFA, Dinamização Cultural e Acção Cívica*, Lisboa, Ulmeiro.
- CROZIER, M., e FRIEDBERG, E. (1972), *L'Acteur et le système*, Paris, Seuil.
- CUNHAL, Álvaro (1976), *A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*, Lisboa, Edições Avante!
- CUNHAL, Álvaro (1999), *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril. A Contrarrevolução Confessa-se*, Lisboa, Edições Avante!
- DÂMASO, Eduardo (1999), *A Invasão Spínolista*, Lisboa, Fenda.
- DELLA PORTA, Donatella (1999), «Movimientos sociales y Estado, algunas ideas en torno a la represión policial de la protesta», in McAdam *et al.* (eds.) (1999).
- DOBRY, Michel (1986), *Sociologie des crises politiques*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- DOWNS, Charles (1988), *Revolution at the Grassroots*, Nova Iorque, New York University Press.
- DURÁN MUÑOZ, Rafael (1997), *Acciones Colectivas y Transiciones a la Democracia. España y Portugal 1974-1977*, dissertação de doutoramento, Madrid, Fundación Juan March.
- DURÁN MUÑOZ, Rafael (1999), *State Dynamism and Multidimensionality: Social Protest during Regime Change*, estudo/documento de trabalho 1999/134, Madrid, Instituto Juan March de Estudios y Investigaciones.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés (s. d.), *Freguesia Rural no Norte do Tejo*, IEDS.
- EVANS, Rueschmeyer, e SKOCPOL, Theda (eds.) (1985), *Bringing the State Back In*.
- FERREIRA, José Medeiros (coord.) (1990), *Portugal em Transe (1974-1985)*, vol. 8 de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

- FRANÇA, Luís de (1980), *Comportamento Religioso da População Portuguesa*, Lisboa, Moraes/IED.
- GASPAR, J., e VITORINO, N. (1976), *As Eleições de 25 de Abril*, Lisboa, Horizonte.
- GOMES, F. Costa, e CRUZEIRO, M. (1998), *Costa Gomes, o Último Marechal*, Lisboa, Notícias.
- GOODWING, Jeff, «Revolutionary movements in Central America: a comparative analysis», in Hall (ed.).
- GRAHAM, L. S., e MAKLER (eds.) (1984), *Contemporary Portugal. The Revolution and Its Antecedents*, Wisconsin University Press.
- GRIFFIN, Larry J. (1993), «Narrative, event-structure analysis, and causal interpretation in historical sociology», in *American Journal of Sociology*, 98 (5), pp. 194-1133.
- HAMMOND, John L. (1984), «Electoral behaviour and political Militancy», in Graham *et al.* (1984).
- HAMMOND, John L. (1988), *Building Popular Power, Workers and Neighborhood Commissions in the Portuguese Revolution*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- JENKINS, J. Craig (1994 [1983]), «La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales ahora», in *Zona Abierta*, n.º 69, Madrid.
- KALYVAS, Stathis N. (2000), *The Logic of Violence in Civil War*, estudo/documento de trabalho 2001/151, Madrid, Instituto Juan March de Estudios y Investigaciones.
- LINZ, Juan J., e SHAIN, Yossi (1995), *Between States: Interim Governments and Democratic Transitions*, Cambridge University Press.
- LUCENA, Manuel de (1978), *O Estado da Revolução*, Lisboa, Participar.
- MACÍNTYRE, Alasdair (1980), «Causalidad y historia», in Manninen e Tuomela (eds.), *Ensayos sobre Explicación y Comprensión*, Madrid, Alianza.
- MANUEL, Paul Christopher (1995), *Uncertain Outcome, the Politics of the Portuguese Transition to Democracy*, Lahman M. D., University Press of America.
- MAXWELL, Kenneth (1995), *The Making of Portuguese Democracy*, Cambridge University Press.
- MACADAM, MCCARTHY, e ZALD (eds.) (1999), *Movimientos Sociales, Perspectivas Comparadas*, Madrid, Istmo.
- MENDES, José Manuel (2001), *Do Ressentimento ao Reconhecimento: Vozes, Identidades e Processos Políticos nos Açores (1974-1996)*, dissertação de doutoramento em sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- MOTA, Gomes (1976), *A Resistência. Subsídios para a Compreensão do Verão Quente de 1975*, Lisboa, ed. Expresso.
- OBERSCHALL, Anthony (2000), «The manipulation of ethnicity: from ethnic cooperation to violence and war in Yugoslavia», in *Ethnic and Racial Studies*, vol. 23, n.º 6, pp. 982-1001.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de (2000), *O Serviço Cívico Estudantil*, dissertação de doutoramento, ISCTE.
- PALACIOS, Diego (2001a), *Crisis de Estado y Acciones Colectivas en la Revolución Portuguesa*, tese dactilografada, 190 páginas, Lisboa, ICS.
- PALACIOS, Diego (2001b), «Política contenciosa, violencia política y democratización. Portugal 1975», comunicação apresentada ao VIII Congresso da Federação Espanhola de Sociologia, Salamanca, Setembro de 2001.
- PINTO, António Costa (1998), «Dealing with the legacy of authoritarianism: political purges and radical right movements in Portugal's transition to democracy 1974-1980», in Larsen (ed.), *Modern Europe After Fascism*.
- PIVEN, F. Fox, e CLOWARD, Richard (1991), «Collective protest. A critique of resource mobilization theory», in *International Journal of Politics, Culture and Society*, vol. 4, n.º 4, pp. 435-58.
- PIZZORNO, Alessandro (1994), «Identidad y interés», in *Zona Abierta*, n.º 69, pp. 135-152.
- PSP (Polícia de Segurança Pública) (1969), *Instrução Tática*, 4.ª ed. (s. 1.), PSP.
- RIEGELHAUPT, Joyce (1979), «Os camponeses e a política no Portugal de Salazar — o Estado corporativo e o «apoliticismo» nas aldeias», in *Análise Social*, vol. xv (59), 1979 (3.º).

- SÁNCHEZ Cervelló, Josep (1993), *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento.
- SCHELLING, T. (1984 [1956]), *The Strategy of Conflict*.
- SILVA, Josué (1978), *O Julgamento da Rede Bombista*, Lisboa, Caminho.
- SKOCPOL, Theda (1989), «El Estado regresa al primer plano: estrategias de análisis en la investigación actual», in *Zona Abierta*, n.º 50, Madrid.
- SIPC (1976), *Portugal, Um Guia para o Processo* (s. l.).
- SNOW, D., CREES, D., DOWNEY, L. e JONES, A. (1998), «Disrupting the 'quotidian': reconceptualizing the relationship between breakdown and the emergence of collective action», in *Mobilization*, 3 (1), pp. 1-22.
- SOARES, Mário, e AVILLES, Maria João (1996), *Soares, Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público.
- TARROW, Sidney (1997), *El Poder en Movimiento*, Madrid, Alianza Universidad.
- TILLY, Charles (1970 [1963]), «The analysis of a counter-revolution», in Gusfield (cit.).
- TILLY, Charles, TILLY, Louise, e TILLY, Richard (1997 [1975]), *El Signo Rebelde 1830-1930*, Prensas Universitarias de Zaragoza.
- TORRE, Hipólito de la (coord.) (1989), *Portugal y España ante el Cambio Político*, Madrid, UNED.
- WEBER, Max (1986), *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica.

Tradução de Rui Cabral